

Diferentes futuros

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 31 de maio de 2008

Duas situações em curso justificam que a sociedade brasileira reabra a discussão sobre sua política para o petróleo. No cenário internacional, os preços do barril mudaram de patamar, com um salto de dez vezes em poucos anos – de US\$ 13,00 em 2001 para US\$ 130,00 hoje – e não mostram tendência de queda. Há algum componente especulativo nisso, mas também há elementos reais: o mundo pode ter atingido o pico da capacidade de produção, enquanto o consumo continua a aumentar, não só pelo modelo de economia que predomina nos países ricos, mas pelo rápido crescimento da China e da Índia, com suas enormes populações.

É difícil precisar, na prática, o momento desse pico, mas há muito se sabe que ele é inescapável. O petróleo é um recurso não renovável, e a produção de qualquer campo segue uma curva em formato de sino. Como a soma dessas curvas resulta sempre em outra curva com o mesmo formato, a produção mundial, que é a soma da produção de todos os campos, também terá a forma de sino. Há bons motivos para se acreditar que estamos assistindo à temida inflexão. O Energy Watch Group, da Alemanha, afirma que a capacidade de produção já passou do pico em 25 regiões importantes. Restariam poucas em que ela ainda pode crescer. A busca de novas jazidas, aperfeiçoamentos nas técnicas de extração e o uso misto de combustíveis alternativos podem estender prazos, mas sempre às custas de aumentos de

custos. Ao contrário de 1972 (guerra entre Israel e países árabes) e de 1979 (Revolução no Irã), o atual choque de preços parece ser estrutural.

Ao mesmo tempo, confirmam-se as expectativas de que a Petrobras pode ter encontrado campos submarinos de grandes dimensões. É um fato excepcional: na contra-mão do mundo, o Brasil está às vésperas de dar um salto à frente. Os mais otimistas falam em 90 bilhões de barris, a serem somados aos 13 bilhões em reservas já comprovadas. Isso nos colocaria, subitamente, na quarta posição mundial, atrás de Arábia Saudita, Irã e Iraque. Formidável transformação, quando vista em perspectiva histórica.

Todo cuidado é pouco: há riquezas benditas e riquezas malditas. A regressão da capacidade produtiva de um país exposto a súbita inundação de divisas externas é um fenômeno bem conhecido, a famosa “doença holandesa”. E, para ficar em petróleo, recordemos que México e Indonésia torraram as suas reservas em poucos anos, permanecendo pobres e periféricos. A Noruega fez o contrário: estabeleceu uma estratégia cuidadosa de exploração, com forte presença do Estado, tendo como referência os interesses gerais da sociedade; com a bênção do petróleo, criou um fundo para sustentar o desenvolvimento do país em longo prazo. Diferentes opções, diferentes futuros.

A nossa legislação, que já era ruim – feita no auge do encantamento neoliberal –, não dá conta das novas realidades. Os campos são leiloados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), e todo óleo extraído passa a pertencer às empresas vencedoras, que compram bilhetes premiados – graças a cinquenta anos de trabalho da Petrobras – e ganham o direito de exportar a quantidade que desejarem, no ritmo que definirem, pagando impostos risíveis. É um convite à pilhagem. Se, em situações de emergência, tiverem que dar prioridade ao mercado interno, nos entregam o óleo ao preço vigente no mercado internacional. O Brasil passa a importar petróleo brasileiro.

A lei atual nos impede de planejar, de forma racional, a exploração de um recurso não renovável, estratégico, dotado de fortes implicações geopolíticas. É preciso mudá-la. Há muitas opções a serem debatidas. Porém, fundamentalmente, precisaremos decidir, nos próximos anos, se queremos ser México ou Noruega.